

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE  
A DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS  
MARÍTIMOS  
E  
O GABINETE DE INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES MARÍTIMOS E DA AUTORIDADE  
PARA A METEOROLOGIA AERONÁUTICA

Preâmbulo

O Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA), criado pelo Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro, é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que funciona no âmbito do Ministério do Mar.

O GAMA é o órgão de investigação para efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação de acidentes no setor do transporte marítimo, tendo por missão investigar os acidentes e incidentes marítimos, com a maior eficácia e rapidez possível, visando identificar as respetivas causas, elaborar e divulgar os correspondentes relatórios e emitir recomendações em matéria de segurança marítima que visem reduzir a sinistralidade marítima.

Constituem atribuições do GAMA, entre outras:

- desenvolver, de modo autónomo e independente, as atividades de investigação técnica relativas a acidentes e incidentes marítimos com vista a apurar as respetivas causas, assegurando que a investigação técnica é iniciada logo após a verificação do acidente ou incidente marítimo;
- respeitar a metodologia comum para a investigação de acidentes e incidentes marítimos, aprovada pelo Regulamento (UE) n.º 1286/2011, da Comissão, de 9 de dezembro de 2011;

- assegurar a elaboração, atempada e rigorosa, dos relatórios das investigações e promover a sua divulgação, incluindo as suas conclusões e eventuais recomendações no prazo de 12 meses após a data do acidente;
- divulgar todas as causas dos acidentes ou incidentes marítimos;
- cooperar nas investigações técnicas conduzidas pelos órgãos de investigação de outros Estados-Membros da União Europeia;
- proceder à recolha e análise de dados relativos à segurança marítima;
- participar nas atividades desenvolvidas ao nível de organizações internacionais ou europeias no domínio da investigação e prevenção de acidentes marítimos;
- organizar e divulgar a informação relativa à investigação e prevenção de acidentes e incidentes marítimos;
- preparar, organizar e divulgar estatísticas dos acidentes e incidentes marítimos;
- notificar a Comissão Europeia – através da plataforma europeia sobre acidentes marítimos (EMCIP) - dos acidentes e incidentes marítimos que envolvam um navio que arvora a bandeira nacional e dos acidentes e incidentes marítimos que ocorram no mar territorial do Estado Português ou nas suas águas interiores e ainda dos acidentes e incidentes marítimos que impliquem outros interesses legítimos do Estado Português.

O GAMA é, pois, um órgão essencialmente técnico, dotado, nos moldes estatuídos em lei, de autoridade pública para proceder a investigações técnicas no âmbito do sector do transporte marítimo.

A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, na dependência do membro do Governo responsável pelo mar. Constituem atribuições da DGRM, entre outras, programar, coordenar e executar a fiscalização, a vigilância e o controlo das atividades da pesca, aquicultura e atividades conexas, nomeadamente no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP) e do Sistema de Monitorização Contínua da Atividade de Pesca (MONICAP); assegurar a

certificação da formação profissional no sector das pescas e do transporte marítimo; promover a segurança marítima e portuária, regulamentando, supervisionando, vistoriando e inspecionando as organizações, as atividades, os navios, os equipamentos e as instalações portuárias, em conformidade com o disposto nos instrumentos legais relevantes da Organização Marítima Internacional (IMO), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia (UE) vigentes na ordem jurídica interna; assegurar a certificação dos navios e dos marítimos nacionais; exercer as funções que lhe estão cometidas no âmbito da segurança marítima e portuária e da prevenção da poluição por navios; exercer funções de Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos, nos termos da lei; exercer funções de Autoridade Nacional do Controlo de Tráfego Marítimo, nos termos da lei, operando e coordenando os serviços e sistemas de monitorização e controlo do tráfego marítimo, coordenando o desenvolvimento dos respetivos sistemas de apoio; cooperar com a entidade responsável pela investigação de acidentes e incidentes marítimos.

Por outro lado, a DGRM encontra-se entre as entidades que, de acordo com a alínea b) do n.º 4 do Artigo 7.º, da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE de 23 de abril de 2009, têm o dever de notificar o GAMA dos acidentes e incidentes marítimos, existindo, assim, uma complementaridade funcional entre ambas as entidades.

Neste contexto, e com vista a facilitar o trabalho destas duas entidades no âmbito dos acidentes e incidentes marítimos, é celebrado o presente protocolo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira

##### (Finalidade e objetivos)

O presente protocolo tem por objetivo instituir um quadro de cooperação entre as entidades signatárias, a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços



Marítimos (DGRM) e o Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA), tendo em conta as disposições aplicáveis das linhas de orientação da OMI sobre o tratamento justo dos marítimos em caso de acidente e incidente marítimo nas águas sob jurisdição nacional (anexas à Resolução LEG.3(91) do Comité Jurídico da OMI, de 27 de abril de 2006, tal como aprovadas pelo conselho de administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na sua 296.ª sessão, de 12 a 16 de junho de 2006).

## Cláusula Segunda

### (Obrigações)

#### 1. Constituem obrigações da DGRM:

- a) Notificar o GAMA dos acidentes e incidentes marítimos de que tome conhecimento usando, para o efeito, o formulário de notificação do GAMA, disponível em [www.gama.mm.gov.pt](http://www.gama.mm.gov.pt), que deve ser enviado depois de devidamente preenchido, destinando-se a informação deste formulário, entre outros efeitos, a efetuar uma análise preliminar e classificação da ocorrência e notificar a Comissão Europeia através do EMCIP;
- b) Disponibilizar ao GAMA, a pedido deste, toda a informação de que dispõe sobre os navios, infraestruturas, marítimos, companhias ou proprietários e organizações reconhecidas, com interesse para a investigação técnica, incluindo os relativos a certificados, licenças, relatórios de vistorias e inspeções, bem como qualquer informação adicional considerada relevante para a investigação de um acidente ou incidente marítimo;
- c) Facilitar aos investigadores do GAMA o acesso a toda a informação sobre o acidente considerada relevante para a investigação técnica, constante dos sistemas de monitorização e controlo do tráfego marítimo;

- d) Colaborar com o GAMA no sentido de recolher, preservar, salvaguardar e manter a confidencialidade de evidências e de outros componentes ou matérias para perícia ou análise necessárias à realização da investigação técnica do acidente;
- e) Disponibilizar, quando solicitado pelo GAMA, e sempre que lhe for possível, especialistas em áreas específicas para exercerem funções de apoio à investigação, integrando ou assessorando a comissão de investigação, prevenindo e salvaguardando eventuais conflitos de interesses entre as duas entidades;
- f) Na qualidade de administração marítima, facilitar ao GAMA o acesso às plataformas e sistemas de informação da Organização Marítima Internacional e da Agência Europeia da Segurança Marítima, nomeadamente ao GISIS, ao SafeSeaNet e ao IMDateE;

2. Constituem obrigações do GAMA:

- a) Comunicar à DGRM a ocorrência de acidente ou incidente marítimo da qual não tenha tido conhecimento;
- b) Disponibilizar à DGRM relatórios, recomendações de segurança e outros documentos produzidos com interesse para a sua ação;
- c) Colaborar com a DGRM através da prestação de serviços em projetos para os quais a sua participação seja útil, necessária e adequada, prevenindo e salvaguardando eventuais conflitos de interesses entre as duas entidades;
- d) Suportar os encargos com as deslocações, ajudas de custo e outras decorrentes da investigação dos técnicos da DGRM que sejam nomeados para integrar equipas de investigação.

Cláusula Terceira

(Formação)

Na medida das disponibilidades institucionais existentes, e no quadro da logística possível, a DGRM e o GAMA devem cooperar no sentido de realizar, quando entendido como

adequado e oportuno, ações de formação de interesse recíproco com vista ao aperfeiçoamento e/ ou atualização das competências dos seus técnicos no âmbito da investigação técnica de acidentes e incidentes marítimos.

#### Cláusula Quarta

(Revisão)

O presente protocolo será revisto sempre que qualquer das partes assim o entenda necessário, designadamente, quanto à atualização da cláusula anterior em virtude de novos enquadramentos legais, comunitários ou nacionais.

#### Cláusula Quinta

(Vigência)

O presente protocolo vigora pelo período de um ano sendo automaticamente prorrogável por iguais períodos desde que não denunciado por qualquer das partes através de comunicação escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.

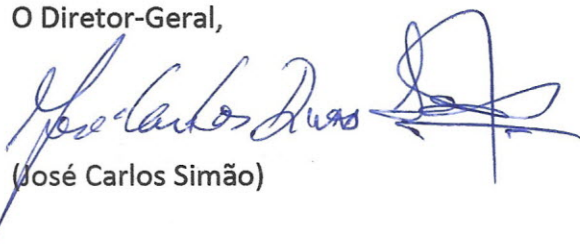
#### Cláusula Sexta

(Outorga)

O presente protocolo é assinado em Lisboa, no dia 11 de maio de 2017, entrando em vigor no dia 15 de maio de 2017, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Pela DGRM

O Diretor-Geral,



(José Carlos Simão)

Pelo GAMA

O Diretor,



(Miguel Sequeira)